

---

## A RELIGIÃO, FACTOR DE CONFLITO E POTENCIAL DE PAZ UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

---

O presente artigo corresponde a um trabalho monográfico individual elaborado pelo autor, na qualidade de auditor do Curso de Defesa Nacional (CDN 94), e escolhido para publicação na revista «Nação e Defesa».

*Peter Stilwell*

---

## A RELIGIÃO, FACTOR DE CONFLITO E POTENCIAL DE PAZ UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

---

*O presente artigo visa não tanto navegar por entre os escolhos duma questão altamente complexa como identificar alguns aspectos que mereçam uma ulterior investigação aprofundada.*

### 1. INTRODUÇÃO

Entre os benefícios que as religiões se propõem facultar aos seus adeptos, dos mais universais é a paz. Basta, no entanto, olhar de relance a História para nos apercebermos de quantas vezes a religião andou de mãos dadas com a guerra. E hoje, como sempre, ela encontra-se conotada com inúmeras situações de conflito. Rara é a semana em que não se ouve falar de violências ou ameaças à tranquilidade pública provindas deste ou daquele grupo fundamentalista – hindu, judeu, cristão ou islâmico. Não é novidade. Noutras épocas também foi assim. Com efeito, de tal modo foram dilacerantes, em séculos passados, as guerras religiosas no continente europeu que nalgumas sociedades ocidentais – como a francesa, por exemplo – optou-se por marginalizar da vida pública todas as organizações religiosas. Pensava-se delimitar dessa forma a influência da religião, que muitos consideravam ser uma das principais fontes de intolerância e irracionalidade, e uma ameaça constante à integridade do tecido social. Essas tentativas, porém, não foram coroadas de sucesso. Combatida a influência das Igrejas, o sentimento religioso transferiu-se, tão irracional, intolerante e desumano como nunca, para ideologias que erigiram em Absoluto os mecanismos económicos, a classe, a raça ou a nação. Na expressão de Jacques Maritain, o combate à Igreja em nome dum suposto humanismo mais elevado na realidade abriu caminho ao ressurgimento do Império Pagão.

Hoje somos tributários dessa idolatria e assistimos ao ruir das ilusões que ela gerou. Divinizada, a razão humana conduziu a violências indescritíveis,

a autênticas catástrofes sociais, a perdas talvez irreparáveis no equilíbrio ecológico do planeta. O panorama é desanimador, e a falta de orientação que induz mina como um cancro o estado de espírito de indivíduos e comunidades inteiras. Por muito que prometam em termos de melhoria das condições de vida, os avanços da ciência e as revoluções técnicas, políticas e económicas são incapazes de, por si, *re-ligar* as múltiplas facetas da existência humana num todo com sentido. Não é essa, aliás, a sua vocação. E sempre que procuram fazê-lo, estão de facto a travestir-se de religião, elevando a critério de referência a sua relação instrumental com o mundo e com os outros que é própria dessas áreas do saber. O empobrecimento do sujeito que daí resulta é como um vazio que se insinua no coração das sociedades.

A religião tem o seu lugar e a sua lógica própria. Não é uma dimensão dispensável mas antes um elemento estruturante da condição humana. Pretender eliminá-la ou substituí-la, para assim evitar os males a que por vezes conduz, é tão ilusório como a tendência que ciclicamente põe em causa, por razões semelhantes, a política e os políticos para imediatamente os substituir por outros. A questão, no fundo, é outra. Trata-se, por um lado, de gerar mecanismos de controle e de correcção que respeitem a natureza do fenómeno, enquanto que, por outro lado, se analisam as suas manifestações numa vertente axiológica, ou seja, na perspectiva do Bem e da Verdade.

Regressemos, portanto, à religião enquanto tal, e às grandes tradições em que se estruturou. Se é verdade que a conflitualidade humana é acompanhada com frequência de traços confessionais, uma análise objectiva obriga a reconhecer que essa associação não é uma fatalidade, que a religião não é necessariamente conflitual. Importa distinguir. Há que não perder de vista os contributos – igualmente, se não mais significativos – que, ao longo da História, as tradições religiosas têm prestado para a construção da paz. Nos últimos cinquenta anos, por exemplo, tivemos o privilégio de presenciar a actuação decisiva em favor da paz de figuras oriundas dos mais variados quadrantes religiosos: desde o hindu, Mahatma Gandhi, ao pastor baptista, Martin Luther King; do bispo anglicano, Desmond Tutu, ao sindicalista católico, Lech Walesa; do budista tibetano, Dalai Lama, ao muçulmano, Agha Khan; etc... Seria impossível nomear os milhares de crentes de todas as confissões que, em regime de voluntariado ou de dedicação exclusiva, dão vida a um sem número de organismos de solidariedade social. E quantos intervenientes em instâncias internacionais não despertaram para a construção da paz no quadro das suas referências ao divino? Não faltam provas, portanto, dos benefícios do factor religioso para a concórdia no interior dos povos e

no convívio entre as nações. O desafio está em entender melhor a fonte donde manam esses bens; em respeitar a sua autonomia frente às outras instâncias da vida social; em compreender como, ao nível dos símbolos e da linguagem, as religiões geram e transmitem um entendimento da realidade que, por ser tão radical, dá aos seus membros não só razões para viver, como motivos para os maiores gestos de abnegação e, nesse sentido, também razões para morrer.

## 2. RELIGIÃO E CONFLITO DE CIVILIZAÇÕES

A relevância do religioso para a guerra e para a paz apresenta hoje uma faceta nova a meditar. A questão foi-me sugerida por um estimulante artigo de Samuel Huntington (<sup>1</sup>), em que o Professor de Estudos Estratégicos da Universidade de Harvard levanta a hipótese das «fracturas entre civilizações virem a ser as frentes de batalha do futuro» (p. 22).

Segundo Huntington, aos conflitos entre monarcas que absorveram tantas energias dos povos europeus, seguiram-se, no séc. XIX, os conflitos entre nações, e estes por sua vez cederam lugar ao confronto das ideologias. A evolução ocorreu essencialmente no interior da civilização ocidental. Mas por isso mesmo nos interessa, pois nessa altura era o Ocidente que determinava o curso das relações internacionais. Com o fim da Guerra Fria, porém, a humanidade entrou num período diferente da sua história. Onde antes um Norte hegemónico estruturava em tomo de si as demais regiões do globo, hoje a política internacional enfrenta um mundo multipolar. E mais significativo ainda é que os polos de agregação dessa nova realidade mundial não representam um mero ajuste das fronteiras económicas e políticas do passado, nem a sua simples multiplicação. Na opinião de Huntington, as novas linhas de fractura da humanidade já não ocorrem entre principados, ou estados, nem sequer entre ideologias, mas entre essas redes mais subtis de solidariedade humana que são as civilizações. Por isso, prevê: «O confronto entre civilizações será a etapa seguinte na evolução da conflitualidade no mundo moderno» (p. 22).

A confirmar esta intuição estão as actuais zonas quentes da vida internacional que pontuam, em grande parte, as fronteiras civilizacionais da humanidade. Veja-se a situação trágica da Bósnia, por exemplo, onde há

---

(<sup>1</sup>) «The Clash of Civilizations»: *Foreign Affairs*, 72/3 (Summer 1993), p. 22-49.

séculos se confrontam três civilizações; ou o conflito que opõe a Arménia, cristã, ao Azerbaijão, muçulmano; a tensão constante entre a Índia hindu e o Paquistão muçulmano; a guerra civil que se arrasta no Sudão entre um Norte muçulmano e um Sul cristão; o confronto Israelo-Árabe; ou o martirizado Líbano onde convivem, sobrepostas, como resquícios do fluxo-refluxo da história, as tradições árabe-cristã ortodoxa, árabe-muçulmana e árabe-cristã católica. Observe-se ainda como os povos do continente europeu, após a queda do Muro de Berlim, gravitam de novo para as suas posições históricas a Leste e a Oeste da fronteira que divide a cristandade ocidental do mundo ortodoxo.

Não é por acaso que a nomenclatura a que recorro para denotar as civilizações remete para as tradições religiosas predominantes nessas áreas. Por «civilização» Huntington entende «o agrupamento humano mais elevado e o nível de identidade cultural mais amplo a que a pessoa tem acesso antes de atingir aquela fronteira que a distingue, enquanto ser humano, das outras espécies» (p. 24). E as civilizações, segundo ele, diferenciam-se por «razões históricas, linguísticas, culturais, tradicionais e, sobretudo, religiosas» (p. 25).

Com efeito, um factor decisivo na demarcação dos espaços culturais é a religião – entendida em sentido lato, de modo a incluir tradições, como o budismo ou o confucionismo, que não se centram na questão do divino. Para bem ou para mal, é a religião que, por definição, integra de forma coerente as múltiplas dimensões da realidade. Mas seria demasiado simplista afirmar que as grandes tradições religiosas geraram civilizações distintas. Mais razoável é considerar que a língua, a cultura, o percurso histórico e a religião são factores dinâmicos que interagem entre si. Nesse processo multiseccular os poderes de criação e tradição simbólica próprios da religião levam a que seja nela que, numa forma peculiar, se vá sedimentando e transmitindo a mundividência dum grupo, dum povo ou dum civilização. Assim aconteceu, por exemplo, no caso do mundo cristão, que no final do primeiro milénio se viu cindido em duas mundividências distintas, ou duas civilizações, correspondendo a dois contextos culturais e políticos subjacentes cujos reflexos no interior dum mesma tradição religiosa conduziram à diferenciação do cristianismo ocidental do cristianismo ortodoxo. Nesta mesma linha de ideias, há que perguntar se a grande ruptura no cristianismo ocidental operado pela Reforma, no século XVI, ficou a montante ou a jusante de alterações no tecido económico, social, político e cultural da Europa; ou se as acompanhou e acentuou com a introdução de inflexões divergentes ao nível da identidade religiosa. As recentes lutas no Ruanda, entre tribos diferentes dum população

maioritariamente católica, são um exemplo particularmente gritante de como a adesão religiosa dos indivíduos não apaga a realidade cultural subjacente; e não custa a crer que, se por um lado uma tradição religiosa possa influir, a prazo, nos contornos da cultura local, também pode acontecer que esta venha a influir na vivência local daquela tradição, pondo eventualmente em causa a sua consonância com outras vivências dessa mesma tradição. A importância do fenómeno tem levado, nas últimas décadas, a que os teólogos católicos o analisem de perto com vista a acompanhar criticamente a aculturação da Fé.

Feito este parêntese, retomemos a reflexão de Huntington. Na sua opinião, a interacção crescente entre os povos, longe de atenuar, vem acentuar hoje as distinções civilizacionais. Enquanto se referenciava ao espaço do seu próprio país, um indivíduo em Portugal era, por exemplo, minhoto ou alentejano; frente à Europa, porém, é português; e quando acompanha acontecimentos que decorrem algures em África ou na Ásia, é para si mesmo e para os habitantes dessas zonas do globo, um europeu ocidental. Por outro lado, os processos de modernização económica e a sua rápida internacionalização «estão a distanciar as pessoas das suas antigas identidades locais, e a enfraquecer o Estado-Nação como referência de identificação. Em muitas regiões do mundo tem sido a religião que tem vindo a ocupar esse vazio, e com frequência por meio de movimentos apelidados de fundamentalistas» (p. 26). Movimentos esses que não se limitam ao quadro desta ou daquela tradição religiosa, mas que se enraízam tanto nas tradições do Hinduísmo, como nas do Budismo, do Judaísmo, do Cristianismo e do Islão. Digno de nota é o facto de recolherem os seus activistas mais vigorosos não entre o clero ou os religiosos, mas entre «pessoas com formação universitária, quadros técnicos, profissões liberais e homens de negócio». E uma das metas almejadas pelos impulsionadores deste retomo ao religioso é restabelecer «uma matriz de identidade e de compromisso que transcenda as fronteiras nacionais e dê unidade às respectivas civilizações» (p. 26).

Estas evoluções ameaçam tornar mais difícil o entendimento e a colaboração internacional. Pois, as características que distinguem culturas, civilizações e religiões são «menos mutáveis e menos susceptíveis de serem resolvidas do que as diferenças políticas e económicas. [...] Nos conflitos de classe e de ideologia a questão chave é saber 'De que lado estás?' E é sempre possível uma pessoa optar. Mas nos conflitos entre civilizações a questão é saber 'Quem és tu?'» E a resposta, longe de ser flexível, pode hoje significar morte imediata. Mais ainda do que a distinção étnica, é a religião que aqui

discrimina de forma rigorosa e exclusiva entre as pessoas. «Pode-se ser meio-francês e meio-árabe, e até mesmo simultaneamente cidadão de dois países. Mas é difícil, para não dizer impossível, ser-se meio-católico e meio-muçulmano» (p. 27).

Num aviso preocupante, Huntington conclui que «os governos e os movimentos, cada vez menos capazes de mobilizar apoios e de formar coligações com base em ideologias, irão mais e mais tentar mobilizar as pessoas, apelando para uma mesma identidade religiosa e civilizacional» (p. 29).

### 3. O DIÁLOGO ENTRE RELIGIÕES E A COLABORAÇÃO PARA A PAZ

Diante deste panorama, ainda que hipotético, avulta a importância de fomentar o diálogo entre as religiões e de intensificar a sua colaboração para a paz.

Simplesmente, iniciativas desse género não podem ser impostas às confissões religiosas por qualquer autoridade que lhes seja exterior. As tentativas que, ao longo da história, se fizeram nesse sentido revelaram-se sempre duma eficácia reduzida, quando não conduziram mesmo a reacções violentas de repúdio. É da natureza do fenómeno religioso formar nos fiéis a convicção de que devem libertar-se de tutelas exteriores e, no que diz respeito à fé, submeter-se somente à vontade divina – mediada da forma que a tradição ou a revelação ensinam.

A alternativa, a meu ver, passa por uma atitude de respeito pela autonomia, ou, melhor dito, a teonomia do religioso – desde a última seita acabada de criar, à confissão ou tradição mais veneranda. Ao invés das intervenções primárias que procuram eliminar o incómodo que o religioso representa, subordinando-o aos ditames de poderes políticos, económicos ou culturais, ou impedindo o seu acesso à vida pública, a actuação mais correcta – e por isso mais eficaz – parece-me ser aquela que parte da disposição de conhecer e aprofundar cada uma das tradições religiosas em presença: a sua história, a sua doutrina, as suas práticas culturais, a sua reflexão moral.

Iniciativas como a promovida em França, em 1987, pelo Secretário Geral da Defesa Nacional daquele país, que congregou teólogos destacados de diversas religiões para tratarem juntos temas relacionados com a guerra, são, neste sentido, de uma inegável utilidade. As conclusões, recolhidas num grosso volume intitulado *Les religions et la guerre: Judaïsme, Christianisme*.

*Islam* (Paris: Cerf 1991), comprovam-no sem qualquer dúvida. A obra distingue, no quadro do Cristianismo, entre as tradições católica, protestante e ortodoxa, podemos dizer que nela se encontra reunida e confrontada, possivelmente pela primeira vez, a reflexão de pensadores de cinco tradições religiosas sobre temas fundamentais da defesa contemporânea, como «a tradição [de cada uma destas confissões], as guerras convencionais, a dissuasão em virtude das armas nucleares e dos novos armamentos, o terrorismo, as guerras não declaradas e as implicações económicas da defesa» (p. 10).

Para quem, como é o meu caso, parta dum conhecimento da doutrina da Igreja Católica, é interessante observar, por exemplo, que: no Judaísmo e na Igreja Ortodoxa a noção duma comunidade humana universal não é considerada viável no presente e é remetida para o fim dos tempos; que para as três religiões monoteístas a não-violência é o princípio de actuação preferido, mas que só as Igrejas da Reforma insistem nela de forma rigorosa; que uma guerra com o objectivo de implantar a fé é hoje condenada por todas as Igrejas cristãs, mas no Islão é concebível em certos casos; e que no Judaísmo, a guerra com o intuito de alargar fronteiras ou fortalecer o poder, é considerada legítima, ou «facultativa», desde que declarada com a autorização dum tribunal de setenta e um sábios. De todas as confissões é a Igreja Ortodoxa a mais exigente quanto ao exercício da função militar, impondo penitências aos que recorrem ao uso das armas, ao mesmo tempo que reza por eles. O Islão, ao invés, considera que quem pega em armas com intenção pura será acolhido imediatamente no Paraíso, caso morra em combate.

*«Por fim, quer as Igrejas Católica e Protestantes quer o Islão põem em relevo a necessidade dos gastos com a defesa não desequilibrarem a economia interna dos Estados, fazendo cair sobre os seus habitantes pesadas fardos fiscais, sobretudo quando o Estado não se encontra ameaçado e se vivem tempos de paz. A Igreja Católica insiste, pela sua parte, na necessidade dum desarmamento que permita transferir as somas afectas à defesa para o desenvolvimento dos países mais pobres» (p. 19).*

Acontece, porém, que estudos deste género têm uma repercussão limitada. Uma confissão ou comunidade religiosa é uma realidade multidimensional que não se rege pelas ideias claras e distintas dos seus teólogos. Nem tão-pouco – excepto no caso específico de algumas seitas – responde cegamente ao arbítrio dos seus dirigentes. No Cristianismo, por exemplo, mesmo no caso



fortemente hierarquizado e centralizado do Catolicismo Romano actual, há um constante jogo de influências e de tensões entre o sentir geral dos fiéis, o pensar das diferentes escolas teológicas, e o decidir dos hierarcas. E o sentir, pensar e decidir estão todos, por sua vez, sujeitos a influências das circunstâncias históricas envolventes, quer as aceitem ou rejeitem. Uma mesma rede de relações de autoridade e de influência existe, ainda que estruturada de formas diferentes, em qualquer comunidade religiosa. Conhecê-la e promover no seu interior a causa da paz, não de forma exclusivamente sentimental, mas pelo estudo, pelo repensar das tradições, pela oração e pela promoção de iniciativas de solidariedade, é o caminho lento mas eficaz de redução dos factores de tensão inter-religiosos.

Quando surge um movimento aguerrido, no seio duma confissão, que recorre à violência e ameaça seriamente a convivência pacífica num mundo plural, o sentimento de quem não pertence a essa confissão é de impotência ao nível da argumentação. Como se há-de enfrentar quem se considera mandatado por Deus para matar e destruir? O perigo, nestas circunstâncias, está em que se venha a estabelecer um clima de conflito aberto, em nome duma verdade que se supõe mais abrangente, e que nesse ambiente se perca de vista que o movimento em causa não representa se não uma parcela da sua tradição religiosa. O medo do Ocidente perante os actos de terrorismo de certos fundamentalistas islâmicos, por exemplo, leva muitos a olhar com desconfiança um Islão que desconhecem. Nesse contexto de receio e de agressividade ficam esquecidas as sequelas duma presença colonial, os desequilíbrios no desenvolvimento económico e o desejo de afirmação duma identidade cultural que explicam em parte as reacções violentas. Caíem igualmente no esquecimento, se não são desconhecidos de todo, as outras correntes de pensamento, os outros movimentos de renovação doutrinal e social no interior do Islão que visam aprofundar o entendimento com outros povos e religiões, e não se faz a mais pequena ideia dos mecanismos que as comunidades islâmicas foram encontrando ao longo dos tempos para gerir internamente divergências semelhantes. E o mesmo se poderia dizer quanto aos fundamentalismos cristãos.

É verdade que há casos limite, que põem em causa qualquer possibilidade de diálogo e ameaçam a integridade dos cidadãos. Mas se exceptuarmos essas situações limite, que devem ser resolvidas segundo a lei geral, os desafios para o futuro no que diz respeito à questão religiosa devem começar por evitar qualquer formulação paternalista. Não se trata dos homens e mulheres bem pensantes exigirem das religiões que se ponham de acordo, porque no fundo

todas não passam de variações sobre um mesmo tema. Trata-se, sim, de perceber que no interior das diversas tradições religiosas há quem tenha consciência da responsabilidade e do papel insubstituível que às religiões pertence de construir uma paz duradoira para todos os povos; quem lute por manter vivo o sonho de uma Paz universal, e questione as injustiças que impedem a sua realização. Têm sido esses que, sobretudo nos últimos trinta ou quarenta anos, pouco a pouco se foram dando as mãos em múltiplas iniciativas como a jornada inter-religiosa de Oração pela Paz, convocada para Assis pelo Papa João Paulo II, a Assembleia Ecuménica Europeia «Paz com Justiça», reunida em Basileia em 1989, ou a Conferência Mundial sobre a Religião e a Paz, que realizou a sua sexta sessão em Itália ao longo de todo o mês de Novembro de 1994.

As religiões são, de facto, portadoras dum património único no que se refere ao entendimento do mal que afecta a vida harmoniosa dos indivíduos e das sociedades, e nos dias de hoje estão em vias de enriquecer essa sabedoria multissecular com uma compreensão mais apurada dos problemas que afectam a comunidade internacional.

Aprofundar as diversas cambiantes sugeridas nestas páginas, que fazem hoje da religião um factor de conflito mas também um potencial poderoso para a construção da paz, é um projecto que me proponho levar a efeito, analisando cada uma das tradições religiosas que têm caracterizado historicamente as grandes divisões civilizacionais da humanidade.

*Peter Stilwell*